

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.162.950 - PR (2017/0218631-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : **FABIANO FERREIRA**
ADVOGADO : **IVO CEZÁRIO GOBBATO DE CARVALHO E OUTRO(S) - PR023709**
AGRAVADO : **BANCO ITAULEASING S.A.**
ADVOGADOS : **ANDRÉA HERTEL MALUCELLI - PR031408**
PRISCILA MORENO DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR070981

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE RESILIÇÃO DE CONTRATO DE *LEASING* CUMULADA COM DEVOLUÇÃO DO BEM ALIENADO E RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

FABIANO FERREIRA (FABIANO) ajuizou ação de resilição de contrato de *leasing* cumulada com devolução do bem alienado e restituição dos valores pagos em face do BANCO ITAULEASING S.A. (ITAÚ), requerendo a resilição do contrato firmado para compra de veículo, com a exibição do contrato, a devolução dos valores pagos a título de BRG, TAC, TEC, o afastamento da cláusula de comissão de permanência cumulada com correção monetária, valores a título de repetição de indébito. Pleiteou a título de tutela antecipada a suspensão das cobranças e a imediata restituição do bem à ré.

Os pedidos iniciais foram julgados parcialmente procedentes para declarar o contrato rescindido e condenar o ITAÚ a devolver, de forma simples, os valores apurados a título de VRG e taxa de adiantamento de contrato (e-STJ, fls. 420/433).

Irresignado, ITAÚ interpôs apelação, parcialmente provida pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESILIÇÃO DE CONTRATO DE LEASING C/C DEVOLUÇÃO DO BEM E RESTITUIÇÃO DE VA- LORES.

1. RESTITUIÇÃO DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO (VRG). IMPOSSIBILIDADE DE DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO PURA E SIMPLES DO VRG PAGO PELO ARRENDATÁRIO.

NE- CESSIDADE DE EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DO CON- TRATO E APURAÇÃO DE SALDO EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA VENDA DO BEM QUE INCUMBIA AO ARRENDADOR. FIXAÇÃO DO VALOR DA VENDA DO VEÍCULO EQUIVALENTE AO DA TA- BELA FIRE A ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO. PRECEDENTES DO ST.1 E DESTA TRIBUNAL.

- "f ..J a forma de devolução do VRG, que deverá se efetivar após a venda do bem, quando será possível compatibilizar os valores adian- tados pelo arrendatário a título de Valor Residual Garantido, o valor decorrente da venda do bem, e o VRG estabelecido no contrato" (4º Turma, AgRg no AREsp 480.694/ES, Ret. Ministro LUIS FELIPE SA- LOMÃO, tñanime, Die de 3.6.2014).

- Não é possível determinar-se a devolução pura e simples do VRG pago pelo arrendatário antes de efetivo cálculo em sede de liquidação de sentença, momento em que será constatada a existênciade eventual saldo. sob pena de se ocasionar um enriquecimento ilícito de uma das partes.

- A ausência da juntada de comprovante de venda do bem. que in- cumbe à instituição financeira a fim de possibilitar o cálculo para averiguar a evistência de eventual diferença, pode ser suprida pelo valor do veículo na tabela FLPE à época da contratação.

2. TARIFA DE ADITAMENTO CONTRATUAL. PREVISÃO DA COBRANÇA NO CONTRATO. LEGALIDADE. ADITAMENTO REALIZADO SOB A ÉGIDE DA RESOLUÇÃO Nº 3.518/2007 DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.

O art. 5º inciso II, da Resolução nº3.518/2007 (vigente na atual Re- solução nº 3.693;2009), do Conselho Monetário Nacional. prevê a possibilidade de cobrança da taxa de aditamento quando esta estiver explícita no contrato.

3. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA DEVOLUÇÃO DO BEM. DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA A INSTITUIÇÃO FINAN- CEIRA PROCEDER A RESTITUIÇÃO (REMOÇÃO) DO VEICU- LO EM SEU FAVOR. POSSIBILIDADE. INTIMAÇÃO PESSOAL DA OBRIGAÇÃO SOB PENA DE MULTA DIÁRIA NO MOMEN- TO DA CITAÇÃO. EFETIVO CUMPRIMENTO SOMENTE APÓS DOIS ANOS. VALOR TOTAL DA ASTREINTE QUE SE MOSTRA EXCESSIVO. LIMITAÇÃO PARA AFASTAR O ENRIQUECI- MENTO ILICITO DO AIPTOR.

- É possível a determinação judicial em sede de antecipação de tutela que obriga a instituição financeira a proceder em seu favor, a resti- tuição do veículo no endereço indicado pelo autor/devedor, uma vez que a própria requerida após dois anos cumpriu a obrigação, remo- vendo o bem.

- A súmula 410 do STJ, objetiva que a parte seja intimada pessoal- mente da obrigação imposta sob pena de multa diária, de

modo que a citação logra êxito em dar ciência pessoal da determinação judicial.

- A finalidade da imposição da multa diária, no caso, é sancionar a parte responsável pelo retardamento cumprimento da ordem judicial, contudo, de outro lado, é impreterível a sua manutenção quando, por conta disso, propiciar um enriquecimento sem causa da parte contrária.

4. REDISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO CERTA. AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE SALDO DEVEDOR EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VALOR ARBITRADO EXCESSIVO. REDUÇÃO E FIXAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 20, §4º DO CPC/73.

- Faz-se necessária a redistribuição da sucumbência, visto que, em razão deste julgamento, houve a reforma da sentença com a improcedência de pedidos anteriormente considerados pelo juízo de origem, a fim de ajustá-la proporcionalmente à vitória e derrota de cada parte.

- Em atendimento ao que dispõe o art. 20, §3º e 4º, do CPC, de rigor a redução dos honorários advocatícios - não para o percentual proposto pelo apelante, mas para a quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Recurso parcialmente provido.(e-STJ, fls. 529/531)

Os embargos de declaração opostos por FABIANO e pelo ITAÚ foram rejeitados (e-STJ, fls. 584/593).

Inconformado, FABIANO interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 607/641).

Houve contrarrazões (e-STJ, fls. 126/149).

Por seu turno, o apelo nobre foi inadmitido porque (1) incabível a interposição de recurso especial com relação à violação de norma constitucional; (2) a conclusão do TJPR quanto à multa está em consonância com o entendimento consolidado no STJ; (3) o recorrente não apontou os dispositivos de lei federal violados e/ou em torno dos quais haveria dissídio jurisprudencial em relação ao pedido de devolução da taxa de adiantamento do contrato, atraindo a incidência da Súmula nº 284 do STF (e-STJ, fls. 704/707).

Em seguida, FABIANO interpôs agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 710/759).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na

vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da falta de impugnação específica

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais emerge que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra os seguintes fundamentos da decisão agravada: **(2)** a conclusão do TJPR quanto à multa está em consonância com o entendimento consolidado no STJ; e **(3)** o recorrente não apontou os dispositivos de lei federal violados e/ou em torno dos quais haveria dissídio jurisprudencial em relação ao pedido de devolução da taxa de adiantamento do contrato, atraindo a incidência da Súmula nº 284 do STF.

Nas razões de seu agravo, FABIANO apenas se preocupou em reiterar as alegações do recuso especial e refutar os óbices da ausência de violação do art. 1.022 do NCPC e da violação de dispositivo constitucional que refugiria à hipótese de cabimento do recurso especial. Quanto aos fundamentos *suso* destacados, contudo, manteve-se silente.

Assim, o agravo não se mostra viável, o que enseja a sua inadmissão.

Nestas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do Agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator